

NACIONAL-POPULISMO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE A ASCENSÃO DE JAIR BOLSONARO E O IDEÁRIO DA EXTREMA-DIREITA

HÉLDER PRIOR

hprior@autonoma.pt

Doutor em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior com a menção *Doctor Europaeus* pelos estudos de investigação realizados na Universidade Autónoma de Barcelona (2008-2012). Professor Visitante Estrangeiro no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil (2019-2022). Realizou investigação de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília, entre 2014 e 2015, com financiamento da Capes, e investigação de Pós-doutoramento na Universidade da Beira Interior e na Universidade Autónoma de Barcelona, entre 2016 e 2018, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É Professor Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal) e Investigador Integrado do Labcom/Universidade da Beira Interior e do OBSERVARE

Resumo

O ensaio que o leitor tem entre mãos visa problematizar a afirmação do nacional-populismo no Brasil, colocando em relação a ascensão do bolsonarismo com novas formas de mediação da política assentes em práticas de comunicação directa proporcionadas pelas redes sociais digitais. Com um olhar sobre as Eleições Presidenciais Brasileiras de 2018, problematizam-se as estratégias de comunicação política do então candidato pelo *Partido Social Liberal*, Jair Bolsonaro, tendo em conta dimensões discursivas próprias da mecânica populista. Com efeito, ambicionamos compreender as principais conceptualizações sobre populismo e democracia para, em um segundo momento, analisar a ascensão do bolsonarismo como um projecto "antipolítico", de cunho populista, e com raízes no activismo judicial da *Operação Lava Jato*. Também realizamos um mapeamento sobre as supostas relações entre as categorias de "populismo", "neofascismo", "novas direitas" e "bolsonarismo", no sentido de melhor compreender o campo da disputa política no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave

Populismo; Extrema-direita; Bolsonarismo; Brasil.

Abstract

The essay that the reader has in his hands aims to discuss the affirmation of national populism in Brazil, placing in relation the rise of Bolsonarism with new forms of mediation of politics based on direct communication practices provide by digital social networks. With a look at the 2018 Brazilian Presidential Elections, we explore the political communication strategies of the then candidate for the *Social Liberal Party*, Jair Bolsonaro, taking into account discursive dimensions proper to populist mechanics. Indeed, we aspire to understand the main conceptualisations about populism and democracy to, in a second moment, reflect on the rise of Bolsonarism as an "anti-political" project, populist in nature, and with roots in the judicial activism of *Operation Car Wash*. We also conducted a mapping on the supposed relations between the categories of "populism", "neo-fascism", "new right" and "Bolsonarism", in order to better understand the field of political dispute in contemporary Brazil.

Keywords

Populism; far-right; Bolsonarism; Brazil.



Como citar este artigo

Prior, Hélder (2023). Nacional-populismo no Brasil: uma reflexão sobre a ascensão de Jair Bolsonaro e o ideário da extrema-direita. *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol14 N1, Maio-Outubro 2023. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.1.7>

Artigo recebido em 3 de Novembro de 2022, aceite para publicação em 6 de Março de 2023





NACIONAL-POPULISMO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE A ASCENSÃO DE JAIR BOLSONARO E O IDEÁRIO DA EXTREMA-DIREITA

HÉLDER PRIOR

Populismo: a revolta contra a democracia liberal

O espectro do populismo é, na contemporaneidade, convocado no espaço político, mediático e até no senso comum, para qualificar dirigentes e movimentos políticos eminentemente disruptivos, polémicos, anti-sistema e de forte apelo popular. Multifacetado, ambíguo, vago, banalizado, em muitos casos utilizado de modo pejorativo para qualificar dirigentes ou partidos políticos, o populismo, como categoria de análise social e política, oferece-nos problemas muito específicos, tratando-se de um termo essencialmente contestado. O facto de o conceito ser camaleónico, condicionado por variáveis nacionais e geográficas, tem gerado um interessante debate em diferentes disciplinas. “Um rasgo característico persistente e recorrente da literatura sobre populismo é a sua reticência – ou dificuldade – para dar um significado preciso ao conceito”, adverte Ernesto Laclau em *A Razão Populista* (2005: 15).

Nesse início de século, com particular incidência na última década, temos assistido ao crescimento de uma miríade de partidos políticos e movimentos que articulam a política mediante o método do populismo, justamente surgidos nas franjas políticas mais radicais. Fala-se, com efeito, no debate político, mediático e também académico, sobre a proeminência de lideranças populistas e sobre a forma como essas lideranças e movimentos utilizam as condições de circulação discursiva dos *media* digitais para apelar à insatisfação popular contra o sistema político dominante. Trata-se do avanço de um populismo reacionário que explora discursivamente o carácter emancipatório do povo frente às elites, e que se sustenta na retórica sobre a propalada crise das instituições da democracia representativa, sobre o modo como as elites se alheiam das preocupações do cidadão comum, no problema da corrupção, na perda de autenticidade da política, e no avanço da anti-política, isto é, na repulsa à política e aos políticos tradicionais, por um lado e, por outro lado, na ideia que os princípios dialógicos, pluralistas e convergentes são desnecessários para a construção de um governo democrático em um mundo globalizado.

O populismo é o oposto do pluralismo na política. Fala em nome de uma maioria imaginária, e rejeita todos os pontos de vista que considera como parte da minoria. Especialmente na sua versão de direita, os seus inimigos



incluem frequentemente minorias religiosas e étnicas, e envolvem sempre a imprensa independente (Finchelstein, 2020: 5).

De facto, o populismo é construído a partir da ideia de deturpação da democracia plebiscitária por interposição das elites e de um processo de burocratização do Estado que rompe com os princípios da ética da autenticidade própria da democracia como poder do *demos*. O populismo converteu-se, assim, em um conceito recorrente, de uso generalizado na esfera pública contemporânea, que tem sido utilizado para classificar e capturar significações acerca de movimentos políticos muito diversos, da direita à esquerda, dos movimentos agrários surgidos na Rússia (*Narodniki*) e nos Estados Unidos no século XIX (*People's Party*), aos movimentos socialistas latino-americanos, sem esquecer, mais recentemente, o ressurgimento de sentimentos conservadores, nacionalistas, autoritários e xenófobos em alguns países europeus. Na maior parte dos casos, a ambiguidade do conceito é substituída pela descrição de um conjunto de características fundamentais e até tipologias de populismo, como assinalou, por exemplo, Margaret Canovan, ao distinguir entre populismos agrários e populismos políticos (Canovan, 1999), aos quais podemos acrescentar a recente discussão acerca dos "populismos mediáticos" (Mazzoleni, 2008), do "populismo judiciário" (Blokker e Mazzoleni, 2020) ou do "populismo médico" (Lasco e Curato, 2019).

O populismo coexiste com o anti-elitismo, ou seja, com a ideia que as instâncias de representação política foram ocupadas e colonizadas por dirigentes políticos abnegados do interesse da *res publica* e da defesa dos interesses do povo. Divide, por conseguinte e de modo simbólico, a sociedade em dois grupos homogêneos e antagónicos: de um lado, o povo puro ou autêntico; do outro lado, as elites, geralmente qualificadas como corruptas, "nós *versus* "eles", aqueles que aspiram a ser identificados como legítimos representantes do povo, que assumem e defendem valores identitários do bom povo ou do povo nativo, contra aqueles que querem subverter os valores sociais ou culturais, qualificados como uma ameaça, como inimigos ou *out-groups* corrompidos moralmente. Neste sentido, os populistas constroem um conceito que eles próprios afirmam representar de modo autêntico, unindo públicos diversos e "demandas sociais insatisfeitas" (Laclau, 2005) representando o povo como uma espécie de maioria silenciada e ignorada pelas elites ou pelo *statu quo*.

Articulando conceitos como "povo", "vontade geral" e "interesse comum", os populistas aproximam-se da crítica de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) ao governo representativo. Para o filósofo genebrino, o governo representativo é percebido como uma forma aristocrática de poder, uma vez que o povo não é mais do que uma entidade passiva que apenas é mobilizada de tempos em tempos em processos eleitorais. Face à vontade de todos (*volonté de tous*), que não é mais do que a soma de interesses particulares em um determinado momento, a vontade geral resulta da capacidade dos cidadãos de se unir em comunhão e de legislar em benefício do bem comum e do interesse público (Rousseau, 1989). Os populistas de sucesso apelam, por conseguinte, às noções de *volonté générale* e de auto-governo, propostas por Rousseau, para defender que a política deve ser devolvida aos cidadãos, construindo, assim, o conceito de "povo" como um dos elementos definidores do populismo.



Por outro lado, um dos aspectos fundamentais da retórica populista é a crítica ao sistema político, geralmente descrito como tendo sido ocupado pelas elites. Neste ponto, o anti-elitismo e a exploração da retórica anti-sistema implicam, igualmente, a construção do conceito de “elite” enquanto entidade corrupta ou desinteressada da vida do cidadão comum. Na perspectiva da comunicação populista, as elites dão prioridade aos seus próprios objectivos em detrimento do interesse geral e das demandas do povo, o que as torna incapazes de representar a maioria silenciada (Hameleers e Rens Vliegenthart, 2020). O aspecto determinante da distinção entre o povo e a elite é moral, já que o povo é caracterizado como uma entidade pura, ao contrário das elites, definidas como corruptas e interessadas nos seus próprios desígnios. De acordo com Cas Mudde e Rovira Kaltwasser, a elite “é definida com base no poder, ou seja, inclui a maioria das pessoas que têm lugares destacados na política, na economia, nos *media* e nas artes” (Mudde e Kaltwasser, 2017: 25). Para estes autores, o populismo é uma “ideologia de baixa densidade”, a *thin-centered ideology*, cuja porosidade e maleabilidade permitem que se adapte a múltiplos contextos. Trata-se de um modo maniqueísta de conceber a democracia, dividindo a sociedade entre puros e impuros. Do lado dos puros, encontra-se o povo, silenciado pelos impuros, na maior parte dos casos, as elites corruptas, afastadas das preocupações do cidadão comum.

Uma ideologia de baixa densidade que considera que a sociedade está, em última instância, dividida em dois campos homogêneos e antagónicos – o povo puro versus a elite corrupta – e que defende que a política deveria ser uma expressão da vontade générale (vontade geral) do povo (Mudde e Kaltwasser, 2017: 18).

Os populistas interpretam a política como um campo de batalha moral entre o verdadeiro povo, ou o povo ímpoluto, e as elites ou outros grupos que os populistas considerem como *outsiders* ou grupos de fora. Geralmente, estes grupos são descritos e qualificados como uma ameaça aos desígnios do povo nativo. Assim, minorias étnicas, religiosas, imigrantes ou outros grupos excluídos da sociedade, são interpretados como uma ameaça aos valores sociais partilhados pelo “bom povo”. As mensagens dos líderes populistas incluem apelos ao povo puro, evocando aspectos nativistas e nacionalistas, ao mesmo tempo que instigam à revolta moral contra os *out-groups*. A identificação de um *out-group* típico não é, porém, uma característica definidora de todos os tipos de populismo, já que, dependendo do contexto, essa mobilização pode ser feita contra inimigos internos ou inimigos vindos de fora. Não obstante, a retórica *out-group* é frequentemente utilizada por populistas de esquerda, geralmente contra a banca e os inimigos “capitalistas”, e por populistas de direita, habitualmente contra imigrantes ou minorias (de Vreese *et al.*, 2018: 428). Em conclusão, e tal como enfatizam Albertazzi e McDonnell (2008: 4-5), o populismo é constituído pela tríade “povo”, “elites” e “outros”, estes “outros” identificados como perigosos para a sociedade.

À luz dos principais estudos sobre populismo, podemos, por conseguinte, sistematizar algumas características do fenómeno: (1) a hostilidade face à democracia liberal; (2) a referência à comunidade ou ênfase da vontade geral do povo; (3) a proclamação de determinados valores políticos e sociais; (4) a percepção de um estado de crise que



necessita de reparação; (5) a distinção moral entre as elites e o povo (Taggart, 2004; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017; Laclau, 2005).

Para Ernesto Laclau, máximo expoente dos estudos que analisam o populismo como discurso, o conceito é um modo de operação e construção da política, uma tática que permite a articulação de “demandas insatisfeitas” da sociedade. Nas palavras do teórico argentino, que inspirou vários partidos populistas da esquerda radical: “por populismo não entendemos um tipo de movimento – identificável com uma base social especial ou com uma determinada orientação ideológica – mas antes uma *lógica política*” (Laclau, 2005: 150).

Em *A Razão Populista*, Laclau define o populismo como uma lógica retórica de confrontação social que opõe povo e elites dominantes. Quando a hegemonia política é questionada, isto é, quando os detentores do poder ou “bloco dominante” perdem a legitimidade e o apoio social por parte dos cidadãos, entram em operação novos mecanismos de disputa da dominação política, mecanismos que estabelecem um conflito entre o “bloco dominante”, ou poder hegemónico, e o povo como entidade traída ou negligenciada pelo *establishment*. Neste sentido, o populismo cria uma identidade política erigida a partir do conflito, da oposição entre “nós”, o povo, e “eles”, as elites ou grupos hegemónicos. Ao instituir o conflito na política através de um movimento contra-hegemónico, o populismo é identificado, por Laclau, como uma força positiva ou emancipatória, no sentido em que permite que o processo democrático passe a contemplar demandas e grupos excluídos pelas elites ou pelo “bloco dominante”. Com efeito, para Laclau o populismo não é uma forma de degradação da democracia, uma vez que permite a ampliação das bases democráticas da sociedade ao incluir grupos excluídos pelo *establishment* e ao realçar a soberania popular, a vontade geral do povo e o governo da maioria. Esta visão do populismo como “força positiva” ou “emancipatória”, torna-se problemática no contexto das democracias liberais, embora se deva reconhecer, tal como enfatizam Eatwell e Goodwin, que o populismo “também levanta legítimas preocupações democráticas que milhões de pessoas querem levar a debate e resolver” (2019: 11).

A democracia liberal consiste em um sistema de governo em que direitos e liberdades individuais são oficialmente reconhecidos e protegidos, no qual todos participam através do voto em um representante e em que o exercício do poder político é limitado pelo Estado de direito, reconhecendo-se a divisão tripartida do poder político entre Legislativo, Executivo e Judicial, a pluralidade de visões e opiniões, bem como a protecção dos direitos dos grupos minoritários (Eatwell e Goodwin, 2019: 91). Porém, ao opor-se ao princípio do pluralismo, polarizando a sociedade entre povo e elites, puros e impuros, o populismo rejeita alguns princípios fundamentais das democracias liberais, como o respeito às minorias ou à pluralidade e heterogeneidade de visões políticas. É, justamente, neste sentido, que autores como Cas Mudde, Jan-Werner Müller, Galston ou Pappas, consideram que o populismo é uma ameaça à democracia liberal, não obstante o seu carácter democrático. A propósito, Galston acrescenta:

Os populistas dizem atacar o liberalismo em nome da democracia. Conseguem fazê-lo porque a democracia traz consigo princípios que operam em diferentes dimensões. “Democracia” diz respeito a um modo de governo, enquanto “liberal” define o campo no qual esse modo de governo pode operar de maneira legítima. No conceito de democracia liberal, o antónimo de “liberal”



não é "conservador", mas "total". A democracia liberal é uma democracia limitada pelo medo da tirania e pelo princípio dos direitos individuais (Galston, 2020: 34).

Líderes populistas atacam os "inimigos do povo", sejam as elites ou os *out-groups*, em termos morais, isto é, interpretando o povo como uma entidade virtuosa e apresentando os "inimigos do povo" como entes corruptos, pertencentes a forças ocultas ou demoníacas que corrompem a democracia. O sucesso do populismo depende de um conflito entre essas forças demoníacas corrompidas política e moralmente, e o "povo puro" ou os cidadãos comuns que precisam de ser defendidos desses inimigos. Alguns líderes nacionais-populistas, um tipo de populismo construído a partir da direita, de cunho nacionalista e agenda conservadora, defendem princípios iliberais que suscitam preocupações associadas aos direitos das minorias, particularmente dos imigrantes, demonizados como "potenciais bombas biológicas", como é exemplo o discurso de Viktor Orbán, na Hungria. Os mesmos princípios iliberais permitem a Jair Bolsonaro, no Brasil, atacar o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e a própria imprensa, argumentando que a democracia se fortaleceria se tais instituições não fiscalizassem o governo.

A democracia liberal só existe de forma totalmente desenvolvida há cerca de 100 anos. Apesar de se ter tornado dominante no Ocidente, tendo sido apontada por Fukuyama como "a derradeira forma de governo humano", a democracia liberal continua a enfrentar desafios, sobretudo devido à influência de pequenos círculos de poder, eminentemente elitistas, que operam por detrás da democracia. O continuado poder do nacionalismo étnico, bem como a desconfiança face às elites, têm possibilitado, com efeito, o crescimento das "democracias iliberais" e do nacional-populismo.

Da Lava Jato ao Bolsonarismo: ativismo judicial e a crise da democracia

A ascensão dos populismos tem-se sentido, sobretudo, em muitos países europeus e também nos Estados Unidos da América, embora a vitória de Jair Bolsonaro, na Eleição Presidencial Brasileira de 2018, seja uma das manifestações de maior relevo. Mediante um discurso nacional-populista, o ex-capitão do Exército prometeu fazer ouvir a voz do povo, principalmente dos brasileiros mais negligenciados pelo sistema político ou mais críticos face ao *statu quo*, ou, nas palavras do próprio Bolsonaro, a "tudo isso que está aí". A crise do governo de esquerda, liderado por Dilma Rousseff até ao *impeachment* de 2016, bem como a generalização da ideia de corrupção endémica derivada da mediatização da *Operação Lava Jato*¹ e de sucessivos escândalos de corrupção envolvendo quer o governo da República, quer os governos estaduais, desencadearam um conjunto de revoltas populares que polarizaram a sociedade brasileira entre puros e

¹ O escândalo *Lava Jato* eclodiu em Março de 2014, após o desvelamento de uma rede criminosa de branqueamento de capitais que utilizava postos de abastecimento de combustível e lavagem de automóveis, conhecidos no Brasil por lava a jato. O desenvolvimento das investigações revelou um esquema criminoso de desvios de recursos públicos da empresa Petrobras para financiar partidos políticos através de concursos manipulados pelas maiores construtoras brasileiras. O nome da operação policial acabou por consagrar um dos maiores escândalos políticos da vida pública brasileira, também apelidado, na sua fase inicial, de *Petrolão*.



impuros. De um lado, aqueles que apoiavam o activismo político-judicial do juiz Sérgio Moro, líder da justiça Federal na condução da *Operação Lava Jato*, definidos como “o povo de bem”; do outro, aqueles que apoiavam a narrativa dos grupos políticos de esquerda, criminalizados pelos discursos anti-corrupção que emergiram na sociedade brasileira, particularmente através das redes sociais digitais.

No processo de pulverização dos partidos hegemónicos, particularmente do *Partido dos Trabalhadores*, mas também das alternativas de centro e centro-direita, a maior parte das instituições mediáticas brasileiras, historicamente de viés conservador, concentradas em oligopólios familiares, de propriedade cruzada e de baixo paralelismo político (Azevedo, 2006), operaram no sentido de legitimar a narrativa dos procuradores da *Lava Jato* e do juiz Sérgio Moro, justamente na identificação do *Partido dos Trabalhadores* com o fenómeno da corrupção política. Inspirado pelo processo *Mani Pulite*², processo judicial que dizimou os maiores partidos italianos com o intuito de purgar o sistema político corrupto, o juiz Sérgio Moro foi convertido em algoz e símbolo da moralidade pelos *media* brasileiros, tendo sido considerado “personalidade do ano” e “brasileiro do ano” pelas revistas *Veja* e *Istoé*, respectivamente. Entre 2015 e 2018, a politização do judiciário e a mediatização da justiça conduziram à divulgação, para a imprensa, de partes processuais e escutas telefónicas que visavam criminalizar o PT, particularmente Lula da Silva, apontado como favorito na disputa eleitoral de 2018. Um dos casos que maior convulsão social e política provocou foi a divulgação, em 2016, de uma conversa telefónica entre Lula e Dilma Rousseff, cuja publicidade foi decretada por Sérgio Moro após interceptações ilegais, conforme o próprio juiz reconheceu. Já em 2018, e a apenas uma semana antes da primeira volta das eleições, o juiz liberou parte da delação premiada de Antônio Palloci, ex-ministro da Fazenda do governo Lula, um acto político do judiciário interpretado como mais uma tentativa de interferir no processo eleitoral.

Deste modo, a génese do *antipetismo*, concepção política fundamental para entender a eleição de 2018, não pode deixar de ser relacionada com a actuação da *Lava Jato* na criminalização de actores importantes da política brasileira, especificamente do maior partido de esquerda e do ex-presidente Lula, condenado por Sérgio Moro em 2017 e, por isso, afastado do processo eleitoral de 2018 devido à *Lei da Ficha Limpa*, projecto sancionado pelo próprio Lula da Silva em 2010 e que torna inelegível um candidato condenado por decisão judicial. De referir que, em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações da *Lava Jato* contra Lula da Silva, decretando parcialidade de Sérgio Moro nos processos do *Triplex do Guarujá* e do *Sítio de Atibaia*. O ódio ao sistema político dominante, especificamente aos actores tradicionais identificados com o fenómeno da corrupção, é uma concepção de política que resultou na convergência do activismo político da *Lava Jato* com o emergente campo do bolsonarismo como a principal corrente de desafio ao sistema hegemónico. Não ao acaso, o ex-juiz Sérgio Moro, símbolo da luta moral contra a corrupção, aceitou ocupar a pasta do Ministério da Justiça no governo Bolsonaro. Com efeito, entre 2016 e 2018, vários factos políticos são gerados pelo processo de mediatização e politização da justiça com o intuito de criminalizar o PT

² A operação “Mãos Limpas”, *Mani Pulite*, foi uma investigação judicial realizada em Itália, inicialmente na cidade de Milão, que implicou a banca, a Máfia, o Banco do Vaticano e os maiores partidos políticos italianos. A operação visava esclarecer casos de corrupção durante a década de 90 e pulverizou os partidos italianos que tinham dominado o cenário político, como a *Democracia cristã*, o *Partido Socialista Italiano*, o *Partido Liberal Italiano* ou o *Partido Social Democrata Italiano*.



e, sobretudo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não obstante o facto do maior partido da esquerda se ter envolvido, entre o *Mensalão*³ e o *Petrolão*, em vários escândalos, sobretudo na compra de apoio político e na distribuição de cargos para sustentar os seus governos e aprovação das suas políticas no Congresso Nacional. Efectivamente, a baixa exigência republicana dos partidos políticos brasileiros, particularmente do *Partido dos Trabalhadores* durante três mandatos, e as dificuldades dos partidos da oposição em aceitar os resultados eleitorais de 2014, são factores importantes que ajudaram a germinar a crise da democracia brasileira.

Por outro lado, o conturbado processo de *impeachment* que, em 2016, culminou no afastamento de Dilma Rousseff, intensificou o processo de polarização política e o sentimento “antipetista” de camadas importantes da sociedade brasileira, já que, apesar de Dilma Rousseff ter sido afastada devido a crimes de responsabilidade fiscal, foram as várias acusações de corrupção relacionadas com o desvio de dinheiro público da estatal *Petrobras* para o financiamento ilícito de campanhas eleitorais, que instigaram a cobertura adversária dos *media* e as manifestações populares pró-*impeachment* que ocorreram entre 2015 e 2016 (Prior, 2020). Ora, em um contexto de crise de governabilidade, de avanço das investigações da *Lava Jato* e de manifestações populares anti-política, Jair Bolsonaro, uma figura surgida nas margens do espectro mais radical da direita política brasileira, emerge como a principal alternativa anti-sistema, como o representante legítimo dos “puros”, do “cidadão de bem”, contra os “impuros”, representados pela esquerda e por alguns movimentos sociais progressistas envolvidos na defesa de grupos minoritários.

Apesar de ter surgido das franjas políticas mais conservadores e minoritárias, Jair Bolsonaro foi capaz de se assumir como a principal figura anti-política e anti-petista, recorrendo ao moralismo e ao messianismo como principais estratégias políticas, instigando sentimentos de indignação frente à política e assumindo a necessidade de purgar o sistema e de moralizar a sociedade, ameaçada por comportamentos apontados como desviantes e contrários à identidade brasileira. O avanço da extrema-direita como principal força reacionária, respondeu ao sentimento punitivo da política, à punição dos políticos corruptos como principal demanda da sociedade. Em conjunto, os factores elencados anteriormente abriram uma brecha considerável para o nacional-populismo de Bolsonaro, aquilo que Eatwell e Goodwin apelidam de “base de potencial”, devido ao elevado número de brasileiros que deixaram de se identificar com os políticos instalados.

Se, até ao início de 2018, Jair Bolsonaro ocupou as margens do espaço político, ficando conhecido por criticar as instituições da democracia, pela defesa da ditadura militar (1964-1985) e por discursos racistas e até misóginos, discursos que, no entanto, lhe valeram ampla visibilidade mediática, com o fracasso do projecto centrista, em boa parte devido à impopularidade do governo liderado por Michel Temer após o afastamento de Dilma Rousseff, os grupos mediáticos, empresariais e conservadores, chegaram à conclusão que apoiar o ex-capitão do Exército era a única forma de derrotar o projecto da esquerda, liderado por Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, em substituição de Lula da Silva. Foi neste contexto que surgiu um certo pânico moral na sociedade

³ Esquema de corrupção que desviava dinheiro público para comprar o apoio político de parlamentares ao governo do Partido dos Trabalhadores. O esquema de corrupção começou em 2002 e só foi revelado em 2005, após uma entrevista do deputado Roberto Jefferson ao jornal Folha de S. Paulo.



brasileira, em boa parte sustentado pelo medo ao comunismo, tal como havia sucedido nos anos 50 e 60, e pela disseminação de informações falsas nos *media* digitais, como a polémica relacionada com o *kit gay*⁴ nas escolas, e outros exemplos de uma alegada imoralidade social fomentada pelos grupos de esquerda e que estaria a ameaçar instituições como a família, a escola ou a religião.

Nessa operação, Bolsonaro e Moro são apresentados como fonte de pureza ética e também moral. O campo da cultura é integrado ao da luta anticorrupção e emergem os puros absolutos durante a campanha eleitoral de 2018, sempre em contraposição ao PT e à esquerda, apresentados como centro da corrupção (Avritzer, 2020: 151).

Novas direitas, bolsonarismo e neofascismo

Ora, é neste contexto que a expressão “nova direita” ganhou força, a par de outras expressões que têm sido utilizadas para interpretar a ascensão do bolsonarismo, como os termos “maré conservadora”, “autoritarismo” ou “neofascismo”. A formação da nova direita brasileira é um fenómeno complexo que envolve questões como o desgaste político do *Partido dos Trabalhadores* relacionado, sobretudo, com o fenómeno da corrupção e com a mediatização da *Operação Lava Jato*, a defesa de uma agenda social conservadora inerente à contrariedade a uma agenda de costumes, como os temas do aborto ou da despenalização da maconha, e a formação de grupos parlamentares de viés conservador, como a bancada BBB, termo utilizado para se referir, conjuntamente, às bancadas armamentista, da *bala*, bancada evangélica, da *bíblia*, e bancada ruralista, do *boi*. Nas palavras de Odilon Neto:

Os tempos mais recentes no cenário político brasileiro evidenciam o crescimento da atividade de pequenas e médias organizações e, em especial, de um discurso e imaginário político de extrema-direita, com capilaridade na sociedade. Permeados pela misoginia, em contrariedade às políticas sociais e de distribuição de renda, assim como o desprezo aos direitos humanos, esses agrupamentos partilham elementos de continuidade de uma cultura política autoritária, em que o anti-comunismo é um elemento de engrenagem sistêmica, de culto à liderança e de escolha de “salvadores da pátria” (Neto, 2020: 160).

O período de hegemonia das forças de esquerda no contexto latino-americano e, particularmente, brasileiro, resultou na progressiva articulação de movimentos autoritários e conservadores, desenvolvidos antes e após a lenta transição democrática, em torno de um discurso de oposição às pautas progressistas, ao imaginário do “marxismo cultural” e ao suposto avanço do comunismo no Brasil. O aprofundamento da crise política, sobretudo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, fomentou o surgimento

⁴ Expressão pejorativa utilizada por Jair Bolsonaro para se referir ao projecto *Escola sem Homofobia* do governo federal brasileiro, material didático para professores e alunos sobre os direitos humanos da comunidade LGBT. Jair Bolsonaro apelidou o seu opositor, Fernando Haddad, de ser o candidato do *kit gay*, acusando-o, falsamente, de ter incluído no programa livros sexuais para serem distribuídos nas escolas com o intuito de sexualizar os jovens e implementar ideologia de género.



de lideranças políticas mais radicais, como a *Frente Nacionalista*, fundada em Curitiba, com inspiração no fascismo italiano e no integralismo de Plínio Salgado. O integralismo brasileiro foi a maior força fascista no continente latino-americano e tem persistido como o principal referencial político da extrema-direita. Inspirado na tríade “Deus, Pátria e Família”, *slogan* usado várias vezes por Jair Bolsonaro em discursos à nação ou em materiais de propaganda, o integralismo brasileiro foi um dos movimentos coadjuvantes da implantação da ditadura militar, em 1964. Defendendo a construção do PAN (*Partido da Ação Nacionalista*), o movimento, fundado em 1932 por Plínio Salgado, procurou assumir-se como representante autêntico do nacionalismo brasileiro, tendo como princípios fundamentais a luta contra a ameaça do imperialismo estrangeiro e do comunismo.

Apesar de fragmentada e desarticulada, a extrema-direita brasileira chegou a alcançar 7,39% dos votos nas eleições de 1994, por meio da candidatura de Éneas Carneiro e do fortalecimento político do *Partido de Reedificação da Ordem Nacional* (PRONA), de cunho nacionalista e conservador, com apoio de pequenos grupos conspiracionistas e de concepções ideológicas relacionadas ao anti-semitismo e ao negacionismo, alguns deles ligados ao integralismo brasileiro. Devido à ascensão do PT e de lideranças políticas de esquerda na América Latina, o PRONA acabou extinto em 2006, embora tenha permanecido como a principal referência partidária da extrema-direita brasileira. As actividades da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 com o objectivo de averiguar as violações aos direitos humanos durante a ditadura militar, intensificaram a actuação de grupos políticos de extrema-direita ligados ao PRONA e de sectores militares que passaram a contestar os relatórios desta comissão através de narrativas alternativas, como o então deputado federal, Jair Bolsonaro. Instigados pelo aprofundamento da crise política iniciada logo após as eleições de 2014, partidos políticos como o *Partido Trabalhista Renovador Brasileiro* (PTRB), liderado por Levy Fidelix, assumem um posicionamento mais radical, aproximando-se de grupos neofascistas como a *Frente Nacionalista* e de partidos de direita inspirados no PRONA, como o *Partido Liberal* (PL), que em 2022 elegeu a maior bancada no Congresso Nacional, e o *Patriota*, anteriormente *Partido Ecológico Nacional*, de agenda religiosa e militar. Estes aspectos acabam por ser relevantes, já que o vice-presidente do Brasil, o general Hamilton Mourão, é filiado ao PTRB e o filho de Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, filiou-se ao *Patriota* em 2021. Apesar do bolsonarismo não ser fruto directo do neofascismo, a movimentação das “novas direitas” e a sua aproximação a grupos neofascistas ajudou a fomentar o bolsonarismo e o fortalecimento da candidatura de Jair Bolsonaro na eleição de 2018. De referir que, na Eleição Presidencial de 2022, Jair Bolsonaro foi candidato à reeleição pelo *Partido Liberal*, ajudando a consolidar este partido como a força mais representada na Câmara dos Deputados e no Senado.

Bolsonaro era um representante de parcelas mais radicais da extrema-direita brasileira. Figura politicamente ativa desde o período da transição democrática, Bolsonaro se notabilizou pela defesa da tortura e de outras actividades incompatíveis com a legalidade democrática, fomentando a descrença na democracia liberal, nos ritos institucionais, no desprezo às minorias e na perseguição política aos adversários. Dessa maneira, não é de espantar que o então deputado Jair Bolsonaro tenha sido reconhecido como



*uma possível liderança por grupos mais radicais da extrema direita brasileira,
inclusive de inspiração neonazista* (Neto, 2020: 170).

Populismo 2.0: a construção da “bolsoesfera digital”

*“O poder popular não precisa mais de intermediação, as novas tecnologias permitiram uma
relação directa entre o eleitor e seus representantes”*

Jair Bolsonaro

De uma forma geral, os líderes populistas utilizam uma linguagem comum, por vezes grosseira, para demonstrarem a sua afinidade com o “povo real”, o cidadão genuíno, visando cimentar o seu papel de *outsiders* com o recurso a uma terminologia de “nós contra eles”, “bem contra o mal” (Eatwell e Goodwin, 2019: 60). Devido ao facto de serem movimentos ou organizações mais débeis em comparação com os partidos políticos tradicionais, os movimentos populistas são mais dependentes dos meios de comunicação. De acordo com Mazzoleni (2008), os *media* comerciais, sobretudo as televisões privadas e os *media* sensacionalistas, são aqueles que dedicam maior atenção aos movimentos ou actores populistas, enfatizando uma cobertura mais crítica às elites e ao *establishment*. Os políticos populistas têm uma relação dicotómica com os *media* convencionais. Por um lado, consideram que os *media* convencionais integram o *establishment* corrupto e protegem as elites. Por outro, beneficiam da cobertura dos *media* mais sensacionalistas que mesclam informação política com entretenimento no sentido de aumentar as audiências (Moffitt e Tormey, 2014; Prior, 2021).

Tal como os actores políticos tradicionais, os políticos populistas procuram adaptar as suas mensagens à lógica dos *media*. Estratégias próprias da mediatização, como a simplificação das mensagens, a personalização, a dramaticidade, a priorização do conflito, e o foco em eventos escandalosos, são alguns critérios de noticiabilidade que se combinam com o estilo da comunicação populista. A propósito, Mazzoleni argumenta, justamente, que a relação entre o fenómeno da mediatização e o populismo é muito próxima. Por conseguinte, termos como “telepopulismo” ou “populismo mediático” (Mazzoleni, 2008; Krämer, 2014) têm sido utilizados para caracterizar a relação dos *media* convencionais com o populismo.

O sucesso dos actores populistas depende da estrutura de oportunidade discursiva, isto é, das possibilidades que uma mensagem tem de ser difundida na esfera pública ou de conquistar visibilidade mediática. Neste ponto, as redes sociais digitais converteram-se em um mecanismo especialmente importante para contornar a hegemonia dos *media* convencionais na administração da visibilidade pública e dos temas entendidos como relevantes para a cidadania, desafiando o discurso imposto pelas elites políticas e mediáticas. As plataformas digitais oferecem uma autonomia comunicacional que permite aos políticos e aos movimentos sociais difundir as suas mensagens sem intermediação, ultrapassando as barreiras dos *gatekeepers* do espaço público. “Na era digital, as audiências, antes passivas, tornam-se activas, e os actores de fora do sistema convertem-se nos novos heróis da web 2.0” (Alonso-Muñoz, 2018: 66).



No âmbito das novas oportunidades discursivas oferecidas pela Internet, os políticos populistas encontraram nas plataformas digitais um espaço importante para difundir as suas mensagens, contactar directamente com a cidadania e estimular sentimentos de indignação face ao *establishment* e face às elites. As plataformas digitais oferecem novas possibilidades de comunicação directa entre os políticos e o povo, permitindo que os primeiros incutam valores, crenças, opiniões e atitudes fora dos mecanismos tradicionais de mediação e sem a influência dos filtros jornalísticos, apelando ao povo sem intermediários. Alguns autores sublinham, justamente, que os movimentos populistas contemporâneos capitalizam o poder da web e das redes sociais digitais, valendo-se do potencial democrático da Internet para fomentar a representação directa e a soberania popular. Gerbaudo (2018) apelidou este fenómeno de “populismo 2.0”.

O novo ecossistema comunicacional, composto por uma mutação nas condições de circulação discursiva na rede, pautado pela capilaridade, ubiquidade, portabilidade e compartilhamento, enfraqueceu os pólos intermediários de inspiração mass mediática entre o cidadão-eleitor e os dirigentes políticos, provocando uma descentralização dos processos comunicacionais própria dos cibermeios.

De acordo com Castells (2009), a “mass-self communication”, ou comunicação individual de massas, é um tipo de comunicação que, beneficiando da rede, pode alcançar uma audiência infinita, mas que, por outro lado, está ao alcance de qualquer indivíduo, estimulando audiências activas. Deste modo, através das plataformas digitais os actores políticos beneficiam de mais autonomia comunicacional (Jenkins, 2006), controlando o processo de comunicação, os enquadramentos informativos e as narrativas políticas, ao mesmo tempo que estimulam vínculos emocionais com a cidadania. Efectivamente, as redes sociais estimulam a personalização ou personificação da política, oferecendo aos políticos a possibilidade de humanizar a sua imagem ou de acentuar características que os aproximam do cidadão comum. Ao partilharem momentos da sua vida privada e ao enfatizarem as dificuldades diárias do povo, os políticos populistas conseguem assumir-se como a “voz do povo”.

As campanhas políticas de Jair Bolsonaro ilustram a exploração da comunicação directa e do modelo da rede por parte dos movimentos neopopulistas. Os social *media* foram propositadamente escolhidos por Bolsonaro como a principal arena pública de desafio ao *statu quo* brasileiro, isto é, à classe política dominante, aos partidos políticos da governação e aos meios de comunicação hegemónicos. Se, em pouco tempo, Jair Bolsonaro se tornou no principal *outsider* da política brasileira, o desafiador da “velha política”, tal não pode ser dissociado da cultura digital que caracterizou a sua candidatura, por um lado e, por outro lado, da exploração da revolta ética contra o *establishment* político e contra o fenómeno da corrupção.

Com efeito, os *media* digitais oferecem aos movimentos populistas a possibilidade de recorrerem a canais alternativos de comunicação directa de onde emergem outros regimes comunicacionais fora das instâncias mass mediáticas, regimes importantes na disseminação de discursos anti-*establishment* que estimulam a mobilização cidadã necessária à sua base de apoio. Nas Presidenciais Brasileiras de 2018, a Internet mudou o cenário de centralidade da televisão no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Em 2018, o *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB) beneficiou da maior fatia de tempo no HGPE, mas a campanha de Jair Bolsonaro, que no primeiro turno das



eleições beneficiou de apenas 8 segundos diários, deixou para trás campanhas que utilizaram as estratégias enunciativas típicas da comunicação de massa e com muito mais tempo de exposição televisiva.

Por conseguinte, uma das principais características da comunicação política da candidatura de Bolsonaro tem que ver com uma profunda alteração nas condições de produção e de circulação das mensagens, um processo que saiu das fronteiras de campos especializados, como o campo do jornalismo, e que foi operado mediante uma nova ambiência com claras manifestações de recusa, e inclusivamente repulsa, por formas de interação que envolvessem estruturas e representantes de instâncias mediadoras. A criação, em Setembro de 2017, da *TV Bolsonaro*, o canal oficial do candidato na plataforma *Youtube* que, em Abril de 2023, conta com 1 milhão e quatrocentos mil subscritores, ilustra a escolha dos *media* alternativos como forma de desafio às elites políticas e mediáticas.

Todavia, a principal novidade da campanha eleitoral de 2018 foi a utilização da aplicação *WhatsApp* como mecanismo eficaz da operacionalização da campanha digital de Bolsonaro. A campanha do candidato do PSL conseguiu construir um canal de propaganda política incutida de forma directa em bolhas digitais exclusivas e de forte capilaridade, em que os próprios utilizadores estavam dispostos a produzir e a partilhar conteúdo favorável a Bolsonaro. Embora a utilização das redes sociais não tenha sido uma novidade nas estratégias de comunicação e de marketing político, as eleições de 2018 consolidaram a centralidade da aplicação *WhatsApp* como canal de propaganda, mas também de prolongamento das discussões políticas em grupos criados na plataforma. Por outro lado, o *WhatsApp* converteu-se em fonte de informação para muitos utilizadores de onde emergiram outros "regimes de opiniões" (Fausto Neto, 2019) provenientes, por exemplo, do "individualismo em rede" (Castells, 2009) como fonte de relatos que escapam às lógicas regulatórias dos *media* tradicionais e às suas formas de enunciação. É, justamente, neste sentido, que emerge a discussão acerca da circulação da desinformação nas redes sociais e da pós-verdade como estratégias de propaganda do populismo digital (Waisbord, 2018; Prior, 2021). A fabricação, montagem e circulação de narrativas nos *media* digitais, escapa a uma órbita regulatória, isto porque é muito difícil rastrear o conteúdo de desordem informacional que circula nas redes, instalando um cenário paradoxal da sociedade mediática: "quanto mais rede, mais zonas de sombras se instalam nos veios em que circulam e se transformam sentidos" (Fausto Neto, 2019: 194).

O novo quadro enunciativo proporcionado pela Internet permitiu à candidatura de Bolsonaro mobilizar elementos operativos da mecânica populista. Ora, o discurso populista é sempre anti-sistema e um dos principais méritos do candidato Bolsonaro foi o de se ter apresentado como político de ruptura com o *establishment* governativo, mesmo actuando politicamente há praticamente três décadas e de ter passado por nove partidos políticos. O populismo surge em um contexto de recuo do institucionalismo provocado por crises no sistema político, na esfera da justiça, ou inclusive em instituições como a família e a religião. Como, a propósito, sublinha Laclau, "a primeira dimensão de fractura é a experiência de uma falta, uma brecha que surgiu na continuidade harmoniosa do social. Há uma plenitude da comunidade que está ausente. Isto é decisivo: a



construção do povo será uma tentativa de dar um nome a essa plenitude ausente” (Laclau, 2005: 113).

No período compreendido entre 2014 e 2018, uma nuvem negra se instalou nas instituições brasileiras, da política à justiça, sem esquecer os *media* tradicionais e as redes sociais digitais permeadas por discursos de ódio, circulação de informações falsas e polarização política. O resultado da eleição brasileira de 2018 não pode ser compreendido sem a consideração de um enquadramento mais amplo acerca do contexto político polarizado, iniciado nas Jornadas de Junho de 2013, e aprofundado pela crise política que, em 2016, acabou por destituir Dilma Rousseff mediante um controverso processo de *impeachment*. Paralelamente, a ampla mediatização da *Operação Lava Jato*, deflagrada no início de 2014, contribuiu para a descredibilização da classe política, num primeiro momento de nomes importantes do *Partido dos Trabalhadores*, como o ex-presidente Lula da Silva, mas posteriormente de políticos e de partidos do centro-direita, como o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*, partido de Michel Temer, que sucedeu a Dilma Rousseff no governo interino, e Eduardo Cunha, ex-presidente do Congresso Nacional e responsável pela abertura do processo de impedimento. Também a alternativa tradicional ao *Partido dos Trabalhadores*, o *Partido Social da Democracia Brasileira*, que apoiou o processo de *impeachment* e as posteriores reformas impopulares do governo de transição, foi envolvido nas investigações da *Lava Jato* e em sucessivos escândalos de corrupção, sobretudo nos governos estaduais de São Paulo e Minas Gerais.

Com efeito, a tradicional polarização da política brasileira, desde 1994 entre o PT e o PSDB, deu lugar a dois novos movimentos que mediram forças nas eleições de 2018: o lulismo e o “partido da Lava Jato”. Esvaziado o centro político como principal alternativa à esquerda brasileira, Jair Bolsonaro foi quem mais beneficiou dos discursos anti-corrupção, mas também da própria actuação de Sérgio Moro, juiz que impediu a candidatura do ex-presidente Lula da Silva. Bolsonaro colocou-se como principal protagonista da ruptura política desejada pelos eleitores brasileiros, em um contexto político e social de insatisfação generalizada face à corrupção endémica desvelada pelos desdobramentos da *Operação Lava Jato*.

Operando uma mecânica discursiva que remete à construção da fronteira antagónica amigo/inimigo, “nós *versus* “eles”, a campanha de Bolsonaro adoptou uma estratégia beligerante entre “puros” e “impuros”. De acordo com Cas Mudde e Kaltwasser, “os populistas de sucesso conseguem combinar uma vasta gama de queixas sociais em torno de um discurso populista de nós, o bom povo contra eles, a elite corrupta” (Mudde e Kaltwasser, 2017: 127). Um dos principais sucessos da campanha de Bolsonaro teve que ver com um apelo a recursos retóricos de mobilização de sentimentos anti-*Partido dos Trabalhadores*, explorando a polarização social herdada das eleições brasileiras de 2014 e aprofundada pelo processo que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. A mobilização do chamado *antipetismo* e, durante a campanha, do anti-comunismo e anti-esquerdismo generalizados, ocorreu associando estes movimentos à corrupção e, em geral, à degeneração dos valores sociais e morais da nação brasileira, retratada como estando a ser ameaçada nos seus valores tradicionais, particularmente em núcleos como a escola e a família, associando essa degeneração a comportamentos e a pautas defendidas por movimentos progressistas de esquerda, como os movimentos feministas, a população LGBT ou o Movimento Sem Terra (MST). O antagonismo amigo-inimigo



acabou por se sobrepor à polarização povo *versus* elites, permitindo construir a sensação de uma ameaça permanente à integridade do “cidadão de bem”. Neste ponto, “narrativas conspiratórias” sobre a deturpação de valores da identidade nacional e a referências a “forças terríveis” conotadas à esquerda estiveram entre os conteúdos que mais circularam no *WhatsApp* (Cesarino, 2020: 100).

A “cadeia de equivalências” foi sendo construída à medida que o eixo amigo-inimigo se associou a outros dois importantes eixos da mecânica populista de Bolsonaro: o moralismo e a construção do verdadeiro povo brasileiro constituído por cidadãos de bem que assumem sentimentos nacionalistas e identitários. O politólogo Jan-Werner Müller destaca, justamente, que o populismo converte o debate de ideias, próprio de uma democracia, em uma luta moralista e anti-pluralista. Na construção da suposta essência do verdadeiro povo brasileiro, aplicaram-se estratégias argumentativas de dualidade e antagonismo que visavam reforçar a lealdade dos convertidos, estimulando a identificação tribal e, simultaneamente, visando seduzir potenciais eleitores através de valores nativistas, idiossincráticos, identitários e de costumes. O investimento discursivo no eixo moralista da mecânica populista de Bolsonaro, permitiu estabelecer fronteiras entre grupos, os puros e homens de bem, contra inimigos corruptos, bandidos que contaminam a sociedade, ou grupos que causam repulsa, como movimentos feministas, gays e lésbicas, e demais grupos protegidos pelas políticas de reconhecimento das pautas progressistas que visam proteger as minorias ou grupos sociais em situação de desigualdade estrutural. “Construiu-se, em oposição a essa concepção do inimigo, uma cadeia de equivalência articulada através de identidades vagas como indivíduos, cristãos, trabalhadores ou “patriotas”, colocados como preteridos ou oprimidos pela militância pelo direito à diferença” (Cesarino, 2020: 109).

Uma das estratégias fundamentais do nacional-populismo de Jair Bolsonaro, foi a de incentivar a polarização social e política entre “nós”, o positivo, e “eles”, o negativo. Para mobilizar partes do eleitorado ligadas a valores religiosos, morais e nacionais, a campanha de Bolsonaro exaltou valores e estruturas tradicionais ligadas ao conservadorismo social brasileiro e ao ideário da extrema-direita, identificando os divergentes como inimigos antagonistas, “marginais vermelhos” que devem ser combatidos para purgar a sociedade:

Não tem preço as imagens que vejo agora da Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria (Bolsonaro, 2018).⁵

Conclusão

A Eleição Presidencial Brasileira de 2018 é um exemplo do processo de transformação de uma multidão insatisfeita, porém heterogênea na sua fase inicial, na unificação de uma liderança nacional-populista que alegava vir de fora do sistema corrupto e imoral para

⁵ <https://www.reuters.com/article/politica-eleicao-bolsonaro-vermelhos-ban-idBRKCN1MW017-OBRDN>



purgar a sociedade e restituir a ordem social, moral e política. Como em um jogo desportivo, a campanha de 2018 transformou eleitores em adeptos ou “torcedores”, em que era impossível não pertencer a um dos lados da barganha. Desde o início da campanha, Bolsonaro utilizou a camisola verde e amarela da selecção nacional brasileira, em contraposição ao vermelho do PT e do comunismo, apropriando-se da simbologia nacional e do discurso patriótico numa luta moral e emocional contra as cores e as ameaças da esquerda e do comunismo. O caso brasileiro possibilita-nos compreender como o nacional-populismo ganhou força no processo eleitoral de 2018, sobretudo através de um activismo judicial e mediático que criminalizou as elites políticas brasileiras e os principais partidos da governação e que causou um certo pânico moral na sociedade através do fenómeno da corrupção. A discussão sobre o populismo contemporâneo no Brasil resulta, com efeito, da articulação entre democracia e escândalo, insatisfação popular, enfraquecimento institucional, judicialização e polarização política, factores fundamentais para entender a mecânica populista operada por Jair Bolsonaro na eleição de 2018. Este artigo corresponde a uma tentativa de compreender a ideologia bolsonarista, focando em um conjunto de acontecimentos que ocorreram entre 2013 e 2018 e que resultaram na vitória do candidato da extrema-direita.

Referências

- Albertazzi, Daniel; McDonnell, Duncan (Eds.), (2018). *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Alonso Muñoz, Laura (2018). *Discurso Populista en Twitter. Un análisis comparado del estilo comunicativo de los actores políticos populistas de España, Italia, Francia y Reino Unido*, Tese de Doutoramento. Barcelona: Universitat Jaume I.
- Avritzer, Leonardo (2020). “A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil”, *In* Pinto, António Costa; Gentile, Fabio, *Populismo: teorias e Casos*, Fortaleza: Edmeta editora: 145-156.
- Azevedo, Fernando (2006). “Mídia e Política no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político”, *Opinião Pública*, 12, 1: 88-113.
- Blokker, Paul; Mazzoleni, Oscar (2020). “Judicial Populism: the rule of the people against the rule of the law”, *Partecipazione & Conflitto*, 13, 3: 1411-1416.
- Canovan, Margaret (1999). “Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy”, *Political Studies*, 47(1): 2-16.
- Cesarino, Letícia (2020). “Como vencer uma eleição sem sair de casa. A ascensão do populismo digital no Brasil”, *Internet & Sociedade*, 1, 1: 91-120.
- Castells, Manuel (2009). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza.
- De Vreese, C.; Esser, F.; Alberg, T.; Reinemann, C. & Stainer, J. (2018). Populism as an Expression of Political Communication Content and Style: A New Perspective. *The International Journal of Press Politics*, 23, 4: 423-43
- Eatwell, Roger; Goodwin, Matthew (2019). *Populismo. A revolta contra a democracia liberal*. Porto Salvo: Desassossego.



- Fausto Neto, Antônio (2019). "Fake news e circulação de sentidos nas eleições brasileiras de 2018", In Figueira, João; Santos, Silvio. *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 177-197.
- Finchelstein, Federico (2020). "Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades", In Pinto, António Costa; Gentile, Fabio. *Populismo: teorías e Casos*, Fortaleza: Edmeta editora: 20-31.
- Galston, William (2020). "A persistente vulnerabilidade da democracia liberal", *Journal of Democracy em Português*, 9, 2: 30-57.
- Gerbaudo, Paolo (2018). "Social Media and Populism: an elective affinity?" *Media Culture & Society*, 40, 5: 745-753.
- Hameleers, Michael; Vliegthart, Rens (2020). "The Rise of a Populist Zeitgeist? A Content Analysis of Populist Media Coverage in Newspapers Published between 1990 and 2017", *Journalism Studies*, 21, 1: 19-36.
- Jenkins, Henry (2006). *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York: New York University Press.
- Krämer, Benjamin (2014). "Media Populism: A Conceptual Clarification and Some Theses on its Effects", *Communication Theory*, 24: 42-60.
- Laclau, Ernesto (2005). *La Razón Populista*, Madrid: Fondo de Cultura Económica de España.
- Lasco Gideon; Curato, Nicole (2019). "Medical populism". *Soc Sci Med*, 221: 1-8.
- Mazzoleni, Gianpietro (2008). "Populism and the Media". In Albertazzi, Daniel; McDonnell, Duncan, (Eds.). *Twenty-First Century Populism: The Spectre of Western European Democracy*, Basingstoke: Palgrave Macmillan: 49-64.
- Moffitt, Benjamin; Tormey, S. (2014). "Rethinking Populism: Politics, Mediatisation and Political Style". *Political Studies*, 62, 2: 381-397.
- Mudde, Cas; Rovira Kaltwasser, Cristóbal (2017). *Populismo: uma Brevíssima Introdução*. Lisboa: Gradiva.
- Müller, Jan- Werner (2017). *O que é o Populismo?* Lisboa: Texto Editores.
- Neto, Odilon (2020). "Neofascismo, "Nova República" e a ascensão do populismo de direitas no Brasil", In Pinto, António Costa; Gentile, Fabio, *Populismo: teorías e Casos*, Fortaleza: Edmeta editora: 157-176.
- Pappas, Takis (2017). "Os Diferentes adversários da Democracia liberal". *Journal of Democracy em Português*, 6, 1: 18-40.
- Prior, Hélder (2020). "Da Lava Jato ao impeachment: efeitos de sentido e estratégias visuais nas revistas Veja, Isto É e Carta capital", In Neto, Antônio Fausto, Wechenfelder, Aline (Eds). *Comunicação, Aprendizagens e Sentidos: difusão, mediação, interfaces, bifurcações*. Campina Grande: Editora Eduepb: 371- 403.
- Prior, Hélder (2021). "Digital Populism and disinformation in post-truth times", *Communication & Society*, 34, 4: 49-64.



Rousseau, Jean-Jacques (1989). *O Contrato Social*, Mem Martins: Europa-América.

Taggart, Paul, (2004). "Populism and representative politics in contemporary Europe", *Journal of Political Ideologies*, 9, 3: 269-288.

Waisbord, Silvo (2018). "The elective affinity between post-truth communication and populist politics". *Communication Research and Practice*, 1, 4: 1-18.